

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que lançamos o primeiro número da Revista UNIFEBE – Edição Especial Direitos Humanos, fruto das pesquisas e discussões realizadas durante o ano de 2019 no Grupo de Pesquisa em Direito Humanos do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE.

Os artigos que compõem este Volume foram escritos por acadêmicos do Curso de Direito, sob a supervisão de professores do Curso e também integrantes do Grupo de Pesquisa, bem como por profissionais de áreas com inter-relação com a temática dos direitos humanos e direitos fundamentais.

A extensa gama de assuntos abordados nesta obra reflete a influência que os direitos humanos e fundamentais exercem sobre o sistema jurídico como um todo, servindo como verdadeiro vértice na interpretação e aplicação de qualquer norma jurídica.

Desde a abordagem de temas afetos diretamente aos direitos fundamentais, assim classificados no rol do art. 5º da Constituição Federal, como o acesso à justiça, o direito de associação, direito a informação; até a análise de outros direitos constitucionalmente garantidos, como a prevenção ao abuso de autoridade e a proteção aos povos indígenas; pode-se perceber a estreita ligação entre garantias constitucionais e os direitos humanos reconhecidos em convenções supranacionais.

Adentrando-se em áreas mais específicas do direito, os autores demonstram com clareza a importância do respeito a estas garantias junto ao direito ambiental, tanto na defesa dos animais não humanos quanto na busca por um desenvolvimento sustentável. Ainda na área do direito público, a relevância do direito tributário como promotor de justiça social também é abordada nesta obra.

Os autores nos brindam com temas atuais e relevantes, sempre pela perspectiva de garantia aos direitos humanos, como se percebe no capítulo em que se analisa o direito a reunião familiar de estrangeiros expulsos do território nacional, ou ainda quando se aborda questões relevantes no direito civil, como a síndrome da alienação

parental no âmbito do direito das famílias; ou o problema do superendividamento, afeto ao direito do consumidor.

O direito penal e direito processual penal, com sua intrínseca ligação com a garantia dos direitos fundamentais, também é contemplado, tanto do ponto de vista pragmático da análise crítica do instituto da condução coercitiva, quanto pela inovadora ideia da aplicação da constelação sistêmica na execução penal.

Por fim, a riqueza do tema se solidifica em sua multidisciplinariedade, quando se apresenta sua abordagem pela ótica de ciências sociais e humanas conexas às ciências jurídicas, como a pedagogia e a filosofia, que ao abordarem questões como a educação em direitos humanos e o fenômeno humano do suicídio, fornecem subsídios essenciais para a compreensão do fenômeno social pelo ponto de vista jurídico.

O resultado, ora apresentado, serve como mostra da qualidade da produção científica de graduandos, egressos e professores, revelando a necessidade de aliar leitura, pesquisa e discussões acadêmicas à produção científica. Esperamos que o bom resultado aqui obtido estimule a produção científica dos demais acadêmicos e sirvam para o aprimoramento de reflexões sobre

CARLA PIFFER

RAFAEL NIEBUHR MAIA DE OLIVEIRA